



ANAMEL INFORMA

O boletim informativo oficial da ANAMEL

“Justiça e Paz”



O Informativo da ANAMEL traz nesta edição uma reportagem completa sobre o IV Seminário Jurídico que reuniu, em setembro, autoridades e especialistas para exposições sobre “Direitos Fundamentais, Perspectivas Jurídicas e Inteligência Artificial”. A associação também continuou a se reunir nos cultos online e prepara, para novembro, o XIV Congresso da ANAMEL, em João Pessoa (PB).

ÍNDICE

IV Seminário da Anamel

Atividades da diretoria

Cultos online

XIV Congresso da Anamel

Aniversariantes

Centralidade humana para a atuação da Justiça na era da IA



O avanço tecnológico deve ser uma ferramenta para fortalecer a magistratura no ofício de garantir os direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana e a pacificação social. Esses tópicos fundamentaram os debates do IV Seminário da Anamel, realizado no dia 19 de setembro, na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), em Brasília.

Sob o tema “Direitos Fundamentais, Perspectivas Jurídicas e Inteligência Artificial”, a presidente da entidade, desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Nilsoni de Freitas, abriu o evento e destacou, em seu discurso, os valores que orientam a magistratura na busca por uma justiça que promova o bem-estar social e a paz baseada na fraternidade, alicerçada na proteção incondicional da vida humana.

Ela também apontou os desafios impostos pela era da inteligência artificial. “Acreditamos que podemos e devemos ser curadores críticos e soberanos dessa tecnologia, reafirmando a cada passo o primado da consciência e da sensibilidade humana sobre o código”, disse.

O presidente da Enfam, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, foi representado pelo secretário-geral do órgão e juiz federal do TRF-1, Ilan Presser. “Os valores da Anamel são exatamente os mesmos da Enfam, que são empatia, ética, humanismo, olhar para o próximo, de forma que, em nome do ministro Benedito, queremos agradecer a organização do evento”, afirmou.

Também participaram da cerimônia de abertura a vice-presidente do TRF1, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas; o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur; o fundador da Anamel e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Fábio Dutra, e a juíza do TJDFT e tesoureira da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Maria Isabel de Lourdes Silva.

Assim como a AMB, o evento recebeu o apoio da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF) e da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer 1).

Justiça fraterna

O primeiro painel do IV Seminário da Anamel reuniu exposições sobre o princípio da fraternidade como norte para a aplicação do direito. Segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, é importante que magistrados e magistradas façam o que é certo, de forma a cumprir a lei, sem fugir de seus valores e princípios. “À luz do princípio da fraternidade, em convergência com a lei, devemos tratar a todos como iguais: tratar o amigo sem privilégios e o inimigo sem perseguição”, afirmou.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca apresentou palestra na mesma mesa e destacou a necessidade de construir pontes, dentro da legalidade, para alcançar uma sociedade livre e fraterna. “A fraternidade não é um símbolo religioso ou um valor meramente moral. Ela é uma diretriz jurídica, constitucional. Não representa impunidade. Ao contrário: representa o cumprimento da lei de forma mais justa, mais humana, com mansidão, com equilíbrio e com foco na construção de uma sociedade menos desigual”, reforçou.



O desembargador Roberto Veloso, vice-presidente da Anamel e do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), também ressaltou o ensinamento bíblico de que “seremos julgados da mesma maneira que julgamos os outros”. Dessa forma, a decisão empática e proporcional alcançaria o princípio da fraternidade.

A juíza do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Gisele Rondon, que presidiu a mesa, sintetizou as exposições na compreensão de que a fraternidade atua no equilíbrio entre a igualdade e a liberdade como meio de vincular outros princípios voltados aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana.



Inteligência Artificial na Justiça

No segundo painel do IV Seminário da Anamel, as reflexões sobre os aspectos éticos relacionados ao avanço tecnológico promovido pela Inteligência Artificial foram aprofundadas. Em sua apresentação, o ministro do STJ Sérgio Kukina apresentou o caso na Albânia, onde um avatar gerado por IA foi empossada como ministra responsável pelas licitações públicas no país, a fim de evitar casos de corrupção. No Japão, outro avatar tornou-se líder de um partido depois que o fundador se afastou. Para Kukina, esses casos representam a confiança que se tem na tecnologia e a desconfiança no ser humano.

Quanto ao Brasil, o ministro rememorou avanços regulatórios sobre as novas tecnologias. Entre elas, está a Lei do Processo Eletrônico, em 2006, que impulsionou no STJ, por exemplo, a digitalização de 100% das ações judiciais, seguida pela Lei de Acesso à Informação (2011), pelo Marco Civil da Internet (2014) e pela Lei Geral da Proteção de Dados - LGPD (2018).

No Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em 2020, resolução que disciplinou, no contexto da época, as diretrizes para o uso da Inteligência Artificial, substituída, em 2025, pela Resolução 615/2025, sob o princípio da centralidade humana. “Assim como no direito, o valor-fonte é o ser humano. A supervisão humana é primordial para o uso correto”, enfatizou Kukina.



O juiz do TJDFT Aragonê Fernandes expôs inovações que já permeiam a Justiça. No tribunal do júri, por exemplo, há um desafio a mais quando se fala em ética, já que o julgador é a sociedade. “Podemos usar recursos tecnológicos, mas não podemos perder a ideia de humanidade. Temos sempre que defender que os direitos são fundamentais e essenciais e que a máquina veio para auxiliar, não para nos substituir e sobrepor”, afirmou.

O especialista em Inteligência Artificial João Ataíde, do STJ, apontou que, a depender de quem utilizar e da forma que for utilizada a tecnologia, há determinadas consequências éticas e legais. Ele falou, ainda, sobre os três pilares da utilização da IA: metodologia de escrita (engenharia de prompt), linguagem (LLM), e tratamento de dados, quando se deve estabelecer princípios éticos para o uso da informação. “Atualmente é possível fazer raspagem de dados de forma automática e em massa e isso deve ser utilizado de forma muito cautelosa”, disse.

A mesa foi presidida pela secretária-geral da Anamel e a juíza do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Graciela Henriquez. Ela destacou que, apesar dos avanços e do conhecimento aprofundado sobre inteligência artificial, ainda não há soluções definitivas para os desafios que a tecnologia impõe. “Nós não temos as soluções, mas estamos na busca”, afirmou, ressaltando a importância de manter o foco no ser humano e nos direitos fundamentais.

Diálogo e conciliação



Ao tratar sobre as formas alternativas de solução de conflitos, como conciliação e mediação, o juiz do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) André Gomma e o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) Roberto Bacellar destacaram, no terceiro painel do IV Seminário da Anamel, o uso dos meios de pacificação social como formas de fortalecer as relações humanas.

O juiz Gomma destacou o uso da Inteligência Artificial como ferramenta na educação dos jurisdicionados. A partir de experiências na vara de violência doméstica onde atua, ele indicou formas para oferecer essa educação, por meio de vídeos e áudios, respostas rápidas, práticas e bem elaboradas. Ele destacou que o Judiciário precisa aprender mais rápido e usar as ferramentas disponíveis para educar e transformar os que entram no Sistema de Justiça, para que não fiquem presos a uma “porta giratória”.



Já o desembargador Bacellar ressaltou que é possível recorrer a ferramentas de conciliação online, mas a mediação, aplicada a casos mais complexos, precisa da interação humana. Bacellar enfatizou que as soluções consensuais, a mediação e as práticas restaurativas se valem de esforços que “iluminam toda a complexidade do ser humano”. Para ele, os juízes e juízas podem recorrer às ferramentas que puderem para trazer a solução, mas é preciso “aplicar a humanidade para o julgamento, que vai se sobrepor a conceitos pessoais.

A promotora Marilda Fontinele, do Ministério Público do DF, destacou a importância de discussões como as promovidas no seminário, com a representação do Ministério Público, do Judiciário e da advocacia, com interação entre diferentes visões de mundo. A mesa foi presidida pelo diretor-executivo da Anamel, dr. Jackson Di Domenico, destacando o impacto das ferramentas e das práticas apresentadas ao longo dos debates.

Confira a íntegra do IV Seminário da Anamel:



Atividades da Diretoria



A ANAMEL parabeniza a associada Soníria Rocha Campos

D'Assunção pela posse, em 15/8, no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A magistrada ingressa na cadeira do desembargador J.J. Costa Carvalho, ex-presidente da ANAMEL falecido em maio.



A presidente da ANAMEL, desa. Nilsoni de Freitas, e o vice-presidente da entidade, des. Roberto Veloso, prestigiaram, no dia 12/8), o ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca no lançamento do livro sobre sua trajetória de 33 anos na magistratura, dos quais os últimos 10 anos foram dedicados ao Tribunal da Cidadania.



A ANAMEL marcou presença no culto de ação de graças, realizado no dia 3/9, pela posse dos novos ministros do STJ Carlos Pires Brandão e Marluce Caldas.

Cultos da Anamel



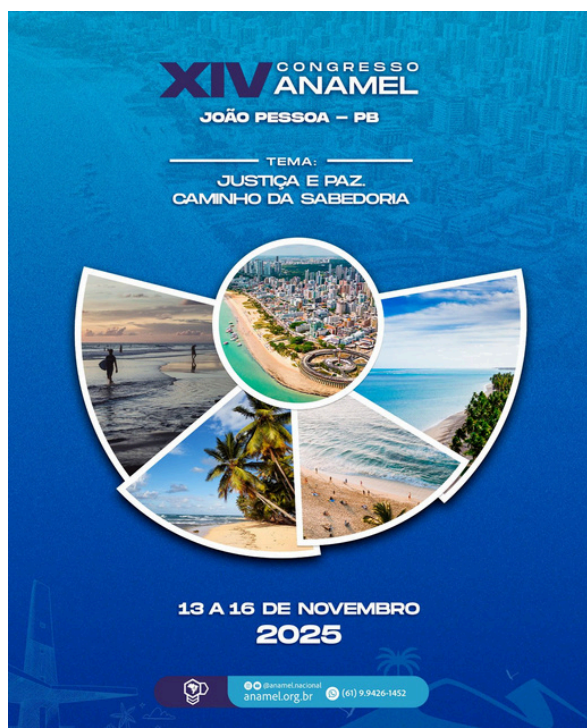
A ANAMEL agradece a todos que participaram e colaboraram na realização dos cultos online realizados entre julho e setembro de 2025.

Nosso agradecimento especial à direção, aos palestrantes e aos responsáveis pela organização do louvor em cada encontro: juíza Leidjane Chieza, juiz Evandro Cunha, defensor público Ângelo Roncalli, pastores José Dantas e Rafael Vieira, desembargadores Fábio Dutra e Ademir Pimentel, promotoras Thelma Cavarzere e Marilda Fontinele, que generosamente dedicaram seu tempo e talento.

A contribuição de cada um foi essencial para o sucesso e a edificação espiritual de associados e convidados da ANAMEL.

Todas as mensagens ficam disponíveis no canal da Anamel no YouTube.

XIV Congresso da Anamel



A ANAMEL faz um convite especial a associados e amigos da comunidade jurídica para o XIV Congresso ANAMEL.

Em 2025, esse evento edificante será realizado em João Pessoa (PB), de 13 a 16 de novembro.

Venha fortalecer sua missão, compartilhar experiências e renovar o chamado para servir à Justiça com fé e compromisso.

Reserve esta data para um tempo de comunhão e aprendizado!

Faça sua inscrição:

<https://forms.gle/DpeGKZpzFoFN5Mc76>



A ANAMEL parabeniza cada associado e associada aniversariante dos meses de julho, agosto e setembro com votos de que esta nova etapa seja repleta de realizações, saúde e muitas conquistas, fortalecendo ainda mais o compromisso com a justiça e a paz. Parabéns!

- **Des. Juraci Silva - 02/07**
- **Juíza Marta Suzana Lopes Vasconcelos - 02/07**
- **Des. Mário-Zam - 04/07**
- **Juiz George Nunes - 06/07**
- **Desa. Ilka Esdra Silva Araújo - 07/07**
- **Juiz Vítor José Trocilo Neto - 10/07**
- **Juíza Monize Marques - 29/07**
- **Desa. Simone Costa Lucindo Ferreira - 30/07**
- **Juíza Katia Cilene da Hora Machado Bugarim - 21/08**
- **Juiz Jairo Vasconcelos - 25/08**
- **Juíza Milena Barros de Lima e Souza Paro - 31/08**
- **Juíza Telmira Mondego - 01/09**
- **Juiz Darwin de Souza Pontes - 02/09**
- **Juiz Sérgio Ambrogi - 05/09**
- **Juíza Rita Prestes - 08/09**
- **Juíza Sheila Draxler - 12/09**
- **Juiz Fed. Antônio Cláudio Macedo da Silva - 13/09**
- **Juiz Bem-Hur - 30/09**



Prezado associado (a): Mantenha seus dados atualizados em nosso cadastro para assim caminharmos mais próximos, assegurando efetividade em nossas ações.



■ **CONTA BANCÁRIA:**

Banco Bradesco

Ag: 6246

C.c.: 3040-6

CNPJ Pix: 17.827.467.0001-02

ANAMEL

■ **CONTATO: (61) 9.9426-1452**



WWW.ANAMEL.ORG.BR



@ANAMELNACIONAL



@ANAMEL.NACIONAL

**CLIQUE NOS ÍCONES E FIQUE POR DENTRO DE TODAS
AS NOSSAS REDES SOCIAIS!**